



PRECARIZAÇÃO E VIOLÊNCIA NO TRABALHO DAS JORNALISTAS

Maxieni Muniz de Souza Bianco ¹

Fábio Gomes Gouveia ²

RESUMO

A temática deste *paper* é a precarização do trabalho das jornalistas do gênero feminino, fazendo a interface entre as condições laborais das mesmas e a violência com características misóginas que permeiam o território de ataques onde estas profissionais atuam, com ênfase nas eleições 2022. Para tanto foi realizada uma comparação entre as coletas de dados de entidades que monitoram as agressões sofridas por comunicadores no Brasil e a coleta de dados realizada no último pleito brasileiro pelo Laboratório de Estudos de Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) nas plataformas digitais, em especial o *Twitter*, e a propagação e uso político desses instrumentos digitais.

Palavras-chave: violência contra jornalistas, precarização do trabalho feminino, plataformas digitais, crise no jornalismo.

De acordo com Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência das Nações Unidas cujo objetivo é promover a justiça social e econômica por meio de normas laborais internacionais, já no início do século XX, em muitos países, jornalistas trabalhavam condições de trabalho precárias (ILO, 1928) e passou, ao longo dos anos, por um lento processo de profissionalização. Com o avanço da internet e a expansão da economia baseada na hiperconcorrência na virada para o século XXI, estabeleceu-se a crise de governança no jornalismo (Jacques MICK; Luisa TAVARES, 2017), cujas nuances econômicas, políticas, sociais, editoriais, éticas vivenciamos até a presente data. Historicamente tal fato impactou os eixos estruturais do processo de produção do jornalismo e alterou os cinco mercados que operavam com algum equilíbrio na indústria jornalística: mercado das fontes, mercado profissional, mercado de anunciantes, mercado das empresas jornalísticas e mercado financeiro, (Jean CHARRON; Jean DE BONVILLE, 2016).

E para as jornalistas do gênero feminino, situadas em sociedades fundamentadas no patriarcalismo, a situação é sempre mais difícil e permeada das desigualdades de gênero. Federici (2017; 2019) propõem uma releitura de Marx para o papel fundamental da exploração de mulheres no surgimento e consolidação do capitalismo.

“Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva e mostra que a

¹ Mestranda do curso de Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).
Email: maxieni@gmail.com

² Orientador do trabalho. Dr. Fábio Gouveia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Email: fabioqv@gmail.com



degradação das mulheres, entre outros aspectos, é condição necessária para a existência do capitalismo em qualquer época”.

No Brasil, a profissão esteve no centro da crise sociopolítica e econômica posterior a junho de 2013, fato que agravou a precarização do trabalho onde os profissionais tiveram suas jornadas alongadas, direitos eliminados e uma intensificação da exploração. Segundo (PONTES; MICK, 2018; MICK; Sabina ESTAYNO, 2018) uma das consequências é o abandono precoce da carreira das jornalistas .

Em (LELO, 2019) postulamos que a feminilização não produziu isonomia na divisão sexual do trabalho no jornalismo no Brasil, fixando o processo de feminização pela repetição das desigualdades de gênero, tendo a masculinização continuado a produzir seus efeitos em quatro dimensões da vida profissional: a) a divisão sexual do trabalho; b) as culturas organizacionais; c) as culturas profissionais; d) as rotinas produtivas (LELO, 2019). Observamos as dificuldades vivenciadas pelas repórteres em conciliar o exercício de suas funções com seus projetos nesta carreira onde o tempo para descanso é cada vez menor, principalmente neste momento onde as redes sociais têm exigido uma jornada onde a profissional precisa estar o tempo todo *online*. Conforme resume Federici (2019):

O capitalismo precisa se justificar e mistificar as contradições incrustadas nas suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa da prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização (p. 37).

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), com o apoio do Global Media Defense Fund da [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura \(Unesco\)](#), produziu o relatório “Violência de gênero contra jornalistas”, que possibilitou a partir dos dados coletados, traçarmos um perfil geral das vítimas: elas são, sobretudo, repórteres ou analistas de meios de comunicação (90,3%), brancas (79,3%) e trabalhadoras de televisão (52,4%). A instituição salienta que as informações obtidas sobre cor e gênero podem ser resultado de subnotificações e lacunas na coleta de casos. Tal fato explicita a dificuldade que as jornalistas têm de denunciar e “identificar situações de racismo, transfobia e outras formas de discriminação com base em cor, gênero e outros traços físicos e cognitivos das vítimas.”

O relatório aponta que as jornalistas mais agredidas nos últimos anos em plataformas online foram :Vera Magalhães, Patricia Campos Mello, Juliana Dal Piva, Mônica Bergamo, Amanda Klein e Daniela Lima. Em 2022 as mulheres jornalistas, de forma mais contundente no período eleitoral, foram alvo de agressores que para desacreditar seu trabalho, sua idoneidade e sua moral as chamaram “putas”, “vagabundas”, “vadias”, “feias”, “velhas”, “gordas”, “malucas” e outras ofensas que saíram do mundo online para o offline, atingindo suas vidas pessoais, as colocando em um território de extrema violência psicológica e por vezes física.



que não se conectam apenas com suas capacidades profissionais, mas com suas figuras e suas vidas pessoais.³

Corroborando com essa premissa o sociólogo australiano Scott McQuire (2011, p. 205), um dos pesquisadores que buscam um afastamento dessa compreensão de que a mídia está separada do mundo real. Em seu contraponto ele se apropria dos escritos de McLuhan (1975) sobre a constituição da mídia como ambiente e propõe uma síntese sobre seu amplo papel na produção da experiência social contemporânea. Sob essa égide a principal marca das relações mediadas por esse arranjo sociotécnico seria a escala e a velocidade das interações sociais, não o ambiente onde se passa.

Com o processo de plataformização e popularização das mesmas, as tecnologias de mídia têm se estendido a tal ponto que estar no mundo, para grande parte dos brasileiros, é uma negociação contínua de diferentes fluxos midiáticos, gerenciando as diferentes formas de participação em cada um deles. Entretanto, não é possível afirmar que a premissa sobre como o mundo é construído na e através da mídia não se mantenha importante, mas que é saudável considerar que a mídia, o social, o político, o econômico e o cultural não são separáveis. Para entendermos melhor o território de violência sob o qual parte significativa das jornalistas estão submetidas, é salutar observar o processo de desterritorialização que o jornalismo brasileiro atravessa há anos. Sobre esse fato pontuamos, ainda traçando o contexto social-político-econômico brasileiro, por parte dos conglomerados de comunicação, detentores de boa parte dos meios de comunicação brasileiros, a continuidade de uma fábrica de fatos alarmistas, em sua maioria não concretizados nas dimensões publicadas, fato que descredibiliza o fazer jornalístico e leva à produção da opinião pública dúvidas sobre a veracidade dos fatos publicados pelos meios de comunicação tido como tradicionais e, conseqüentemente, cria dificuldades laborais para as jornalistas.

Neste contexto criou-se, segundo BENTES (2015), a cultura do "ódio-jornalismo", que reforça nosso contraponto sobre o papel do jornalismo na criação do território de violência nas plataformas digitais. Para a autora o paradigma do surgimento desta cultura do "ódio-jornalismo" tem início com revistas como a *Veja*, da editora Abril, atentando para o fato de que a mesma também aparece na retórica dos articulistas e colunistas de diferentes

³ MAGALHÃES, Vera. Entrevista Fabíola Cidral e Mônica Bergamo na TV UOL.

Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/30/jovem-pan-fake-news-video-vera-magalhaes-fabiola-cidral-bolsonaro-debate.htm>

Acesso em 12/12/2022.



jornais e veículos de mídia que formaram uma espécie de "tropa de choque" ultraconservadora que alimenta uma fábrica de memes de uma ultradireita que se instalou e trabalha para minar projetos e propostas, sejam de programas sociais, sejam de ampliação dos processos de participação da sociedade nas políticas públicas, dos processos de democratização da mídia e de todo o imaginário dos movimentos sociais que poderiam levar a população a uma política de bem estar social e democratização dos meios de comunicação com a participação cidadã.

Para a autora, essa demonização da política - que se transformou nessa cultura de ódio - é expressa por meio de clichês e por um fazer jornalístico cuja retórica levava, e por vezes ainda leva, seus leitores e/ ou telespectadores a um sentimento de ressentimento, medo e insegurança dado ao conteúdo veiculado rotineiramente que sempre anuncia a iminência de uma catástrofe prestes a acontecer, como já salientamos. A magnitude desses conteúdos nocivos, um desserviço ao jornalismo e ao país, é facilmente verificado nos comentários das notícias nos sites ou nas repercussões delas nas redes sociais dos grandes conglomerados de comunicação.

Se lermos os comentários das notícias e colunas nos jornais (repercutidos também nas redes sociais), vamos nos deparar com um altíssimo grau de discursos demonizantes, raivosos e de intolerância, à direita e também à esquerda. Trata-se de uma redução do pensamento aos clichês, memes e fascismo, extremamente empobrecedora, mas incrivelmente eficaz. Essa pedagogia para os micro-fascismos e a educação para a intolerância podem ser resumidos na retórica que desqualifica e aniquila o outro como sujeito de pensamento e sujeito político [...], (BENTES, 2015, p.168)

Um aspecto que devemos também ousar pensar e buscar soluções a curto e longo prazo é o social. Como expandir/remodelar o jornalismo em uma sociedade onde o ser humano não se vê mais sem seus celulares e outros dispositivos de comunicação instantânea (com preconiza Bruno Latour [2012] na sua teoria Ator-Rede) e que coloca boa parte das jornalistas no contexto dessa cultura do "ódio-jornalista". Apontamos que a tecnologia não apenas medeia a cultura de violência digital, mas a documenta, compartilha, localiza, sincroniza, gerando uma série de problemas, especialmente quando o digital é mobilizado como ferramenta como no caso das eleições de 2022.

Percebemos que na última década a violência contra jornalistas se acirrou com o crescimento da extrema direita no mundo, trazendo como exemplos os ex-presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro. Soma-se a estes tipos de governo os ditatoriais como os da China e da Rússia cujo



alinhamento ideológico vê a liberdade de imprensa como uma ameaça aos seus governos. Outros territórios se alinham a esses princípios, como os governados pelo Islã como a Turquia, Catar, Egito, Indonésia e Emirados Árabes. Esse panorama contribui para o aumento da violência contra jornalistas, em especial contra mulheres, e outras minorias como a comunidade LGBTQIA+, cujo nível de ameaça vai do verbal a ataques físicos.

Especificamente no Brasil, as violências sofridas pelas profissionais de imprensa no Brasil nos últimos anos, nos remete ao italiano Giorgio Agamben sobre o estado de exceção como paradigma do governo de Jair Bolsonaro. Para Agamben (2002), a violência não está mais para trás do poder, é o poder mesmo que permite a utilização da violência. Para o autor esta situação significa que a suspensão continua dos direitos adota uma violência que não é regulada pelas leis, em que o estado de exceção se torna uma estrutura jurídico-política naturalizada e legitimada. A suspensão da ordem jurídica é tornada regra, tornada "natural", tornando-se, portanto, a âncora da governabilidade.

A agressividade do então presidente contra o trabalho da imprensa parece ter se intensificado durante o período eleitoral de 2022, notadamente a partir das primeiras pesquisas que mostraram o seu adversário à frente neste pleito. Por diversas vezes Jair Bolsonaro deu a entender que as jornalistas eram militantes a serviço do outro candidato, cuja intenção além de supostos benesses seria a volta do comunismo ao Brasil, o que só acirrou a polarização política presente já há pelo menos três eleições brasileiras. Essas declarações rotineiras intensificaram os ataques de seus simpatizantes contra a imprensa nas plataformas digitais, sendo ele, seus filhos e aliados os principais alvos neste território.

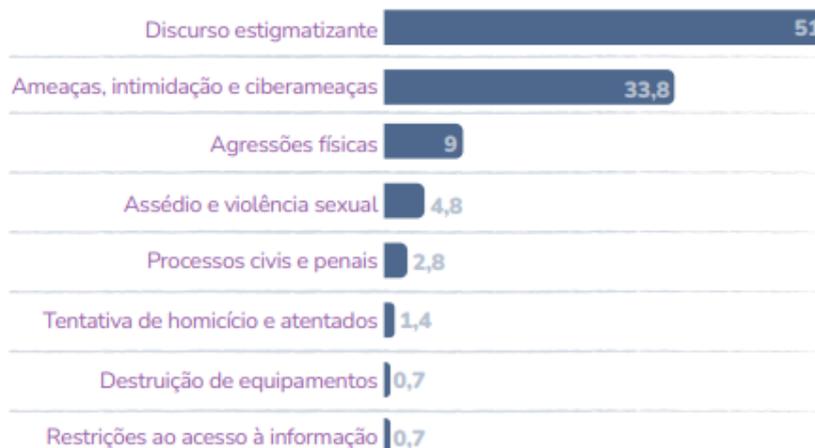
Este *paper* faz parte da revisão bibliográfica com objetivo de qualificação para o mestrado em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), bem como instrumento de comparação entre os dados obtidos pelo Laboratório de Estudos de Imagem e Cibercultura da Ufes nas eleições de 2022 e entidades que fazem o monitoramento de ataques à imprensa no Brasil.

No levantamento publicado pela Abraji em dezembro de 2022 mostrou que os ataques misóginos online à comunicadoras triplicaram no período pós-eleição. O número é mais um indício de que o conturbado cenário político brasileiro contribuiu para agravar o quadro de restrições à liberdade de imprensa e à igualdade de gênero. Os dados sobre as temáticas que



mais geraram ataques a mulheres jornalistas e/ou ataques de gênero a comunicadores em 2022 reforçam essa conclusão. A cobertura política esteve conectada a 62,7% dos alertas, seguida pelas temáticas de segurança pública (9%) e esporte (7,6%)

Principais tipos de agressões (%)



Ainda de acordo com monitoramento feito pela entidade, em 2023, já foram registrados 20 ataques às jornalistas, sendo que 51% deles contêm discursos estigmatizantes que buscam difamar e constranger as vítimas. Desses, 67.6% são discursos de autoridades e figuras proeminentes, 45.9% são campanhas sistemáticas de ataques e 0% são campanhas de desinformação. 31% dos casos são ataques de gênero. Entre eles, 64.4% são ataques à reputação e à moral, usando a aparência, a sexualidade ou traços sexistas de personalidade para agredir. As demais situações envolvem agressões físicas e censura na internet.⁴

⁴ Violência de Gênero contra Jornalistas: Dados sobre os ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2023.

Disponível em: <https://violenciagenerojornalismo.org.br/>

Acesso em 21 de outubro de 2023.



Outros tipos de agressão

Em porcentagem de ocorrências

1º	Ameaças, intimidação e ciberameaças	33.8%
2º	Agressões físicas	9%
3º	Assédio e violência sexual	4.8%
4º	Processos civis e penais	2.8%
5º	Tentativa de homicídio e atentados	1.4%

O Labic/Ufes analisou 24.097.423 milhões de tuítes que contêm assertivos ataques misóginos contra jornalistas mulheres no Twitter durante o período eleitoral, entre os meses de setembro a novembro. A coleta de mensagens foi feita diretamente da API do Twitter através de software de extração de dados, e depois filtrada a partir de um dicionário de misoginia online, criado pelo Labic/UFES. As comparações possíveis entre o laboratório e as entidades atestam o aumento de violência contra as jornalistas e corroboram com o estudo em andamento.

Podemos afirmar que o fim da violência contra jornalistas do gênero feminino, assim como não se iniciou com o ex-presidente Bolsonaro, não se encerra com sua derrota nas eleições de 2022. O que está posto é que sua constante campanha para desacreditar os jornalistas, em especial as mulheres, trouxe ainda mais retrocessos à liberdade de imprensa no país, e alterou o caminho a ser seguido por todos os atores cujo interesse é combater às violações desses direitos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI). Violência de Gênero contra jornalistas.

Disponível em: <https://abraji.org.br/projetos/violencia-de-genero-contra-jornalistas>

Acesso em 21. out.2023.

AGAMBEN, Giorgio. O Estado de exceção. São Paulo: **Boitempo**, 2002.



BENTES, Ivana. *Mídia - Multidão: estéticas da Comunicação e Biopolítica*. Rio de Janeiro: **Editora Maud**, 2015.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. **Coletivo Sycorax (tradução)**. São Paulo:(tradução). São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). *Ataques ao Jornalismo e ao seu direito de informação*. Dossiê.

Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/05/dossie_fenaj_objethos.pdf

FIGARO, Roseli. *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: **Atlas**, 2013.

LATOURETTE, B. O todo é sempre menor que as partes: um teste digital acerca das mônadas de Gabriel Tarde. In: “The Whole is Always Smaller Than Its Parts”- How Digital Navigation May Modify Social Theory” publicado no **British Journal of Sociology**, v. 63, n. 4, p. 591-615, 2012.

LELO, THALES VILELA. “A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54225, 2019.

MAGALHÃES, VERA. Entrevista Fabíola Cidral e Mônica Bergamo na TV UOL.

Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/30/jovem-pan-fake-news-video-vera-magalhaes-fabiola-cidral-bolsonaro-debate.htm> Acesso em 12. fev.2022.

MCQUIRE, S. 2011. A casa estranhada. *Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ*, 14(1):27-66.